



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 94/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0017171/2020-25

Parecer Único de Licenciamento Simplificado Processo SLA 1643/2020

Nº Documento do Parecer Único Vinculo ao SEI: 14249830/2020

Processo SLA 1643/2020

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: JF CITRUS AGROPECUARIA S/A **CNPJ:** 08.104.691/0001-85

EMPREENDIMENTO: Fazenda Pilares e Fazenda Nossa Senhora do Pilar – Gleba B – Matrículas 85.262 e 85.263 **CNPJ:** -----

MUNICÍPIO: Veríssimo / MG **ZONA:** Rural

COORDENADA GEOGRÁFICA 19° 27' 8.319" S / 48° 20' 24.753" W

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: -----

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	03	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO:

Ana Paula Pereira Assunção (engenheira ambiental)

ART 14202000000005822136
CREA 243865D
CTF 7420809

AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA
Mariane Mendes Macedo Gestora Ambiental	1.325.259-8
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.191.774-7



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 12/05/2020, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Mendes Macedo, Servidor(a) Público(a)**, em 13/05/2020, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14250368** e o código CRC **AE4A77B3**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 14249830/2020

O empreendimento JF Citrus Agropecuária S/A, Fazenda Pilares e Fazenda Nossa Senhora do Pilar – Gleba B – Matrículas 85.262 e 85.263, atua no ramo das atividades agrossilvipastoris, como atividade principal a culturas anuais, no município de Veríssimo/MG. Em 06/05/2020 foi formalizado o processo SLA 1643/2020 de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), número de solicitação 2020.03.01.003.0003649. No dia 08/05/2020 solicitou-se informações complementares, que foram respondidas no dia 11/05/2020.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, com o plantio de cana-de-açúcar, em uma área de 773,00 ha, localizado nas coordenadas geográficas 19° 27' 8.319" S / 48° 20' 24.753" W. Sua área total corresponde à 1406,73 ha, com a presença de 37 funcionários temporários. Não há área construída no empreendimento, uma vez que a área do empreendimento corresponde apenas à lavoura, por isso quando se realiza a semeadura e a colheita da cana-de-açúcar instala-se uma área de convivência móvel para os funcionários.

A área do empreendimento é objeto de Contrato de Parceria Agrícola VT-P-07-2017, sendo a “Parceira Outorgante” a Agropecuária Nossa Senhora do Pilar e a “Parceira Outorgada” a Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.a. E ainda há o “Contrato de Cessão Parcial de Direitos e Obrigações – VT-CP-02-2018”, sendo a “Cedente” a Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., e a “Cessionária” a JF Citrus Agropecuária S/A..

Na área do empreendimento há remanescente de formações vegetais nativas de Cerrado e Vereda, com presença de curso d’água e nascente, que se encontram protegidos com aceiro. Apresentaram-se o CAR – Cadastro Ambiental Rural da fazenda, com número de registro MG-3171105-18CC.1946.C7EA.416D.A23F.60C0.5F20.03F3, referente à matrícula 85.263 e o registro MG-3171105-BC21.0B15.5206.4F88.B56B.5ECC.9F1C.5F8D, referente à matrícula 85.262, ambos com manifestação à adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental.

O cultivo da cana-de-açúcar é a atividade do empreendimento na propriedade, sendo considerada uma cultura semi-perene, podendo produzir por 4 a 6 anos, e ainda o plantio é realizado em sequeiro. Nos locais de plantio é feito um trabalho de engenharia, conhecido como sistematização do terreno, no qual subdivide-se a área em talhões e aloca-se os carregadores principais e secundários. Realiza-se uma seleção prévia da área onde será estabelecido o canavial, considerando a topografia e a fertilidade do solo. Posteriormente, é realizada a gradagem do solo e adoção de espaçamento de 1,5 m entre linhas para o plantio da cana-de-açúcar, que ocorre no início do período chuvoso. A colheita é mecanizada, com cortes da cana rentes ao solo e as folhas secas são mantidas nos talhões, servindo como cobertura



Continuação Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 14249830/2020

para o solo, auxiliando no controle de plantas invasoras e na retenção da umidade.

O preparo do solo é realizado de maneira convencional, com aplicação de tecnologia de terraço e plantio em nível, e ainda afim de mitigar erosão ao solo adota-se práticas conservacionistas, como construção de bacias de sedimentação, controle de queimadas e inspeção nas medidas de controle ambiental.

O controle fitossanitário é realizado a partir do controle químico, biológico e adoção do Programa de Manejo Integrado de Pragas (MIP), com uso de *Trichogramma galloi* e a *Cotesia flavipes*

Como principais insumos utilizados na atividade, listaram-se os fertilizantes, defensivos agrícolas, adubos, inibidor de florescimento.

Não há consumo de água no empreendimento, pois a atividade é realizada em sistema de sequeiro, portanto, não há nenhum método de irrigação. Para a finalidade de consumo humano os funcionários abastecem os recipientes, garrafas térmicas de 5 litros, no pátio industrial Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.a. antes de ir a campo. Durante o dia, um dos funcionários fica responsável em buscar mais água e reabastecer todas as frentes de serviço.

Dentre os impactos ambientais gerado pela atividade do empreendimento, há a geração de resíduos sólidos; efluentes líquidos sanitários (dos sanitários móveis) e presença de fontes difusas de emissões atmosféricas.

Os Subprodutos e/ou Resíduos Sólidos produzidos durante o período de atividades do empreendimento são manejados dentro do perímetro da Vale do Tijuco S.A., visto que, esta tem como compromisso de fazer a destinação e disposição correta, por meio de serviço terceirizado.

Assim, as soluções de defensivos agrícolas são preparadas no interior da Vale do Tijuco S.A, para a pulverização da cultura, por profissionais habilitados para a atividade e, por conseguinte, transportados em caminhões do tipo "Calda Pronta", para lançamento na lavoura. As embalagens vazias são descartadas pela unidade industrial, com periodicidade conforme sua licença de operação e dependendo do volume consumido.

No empreendimento não há geração de resíduos domésticos, recicláveis e não-recicláveis, uma vez que os funcionários utilizam recipientes retornáveis e reaproveitáveis.

Os efluentes líquidos são gerados a partir de sanitários móveis químicos, que são instalados no centro de convivência. O recolhimento do efluente gerado é de responsabilidade da empresa contratada, a qual fará sua destinação correta.



Continuação Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 14249830/2020

Considerando as emissões atmosféricas, cita-se que a Vale do Tijuco S.A. realiza o monitoramento de emissão de fumaça semestralmente.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento JF Citrus Agropecuária S/A, Fazenda Pilares e Fazenda Nossa Senhora do Pilar – Gleba B– Matrículas 85.262 e 85.263, para a atividade de Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, com o plantio de cana-de-açúcar, no município de Veríssimo/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento JF Citrus Agropecuária S/A, Fazenda Pilares e Fazenda Nossa Senhora do Pilar – Gleba B– Matrículas 85.262 e 85.263

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

**Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do
empreendimento JF Citrus Agropecuária S/A, Fazenda Pilares e Fazenda Nossa
Senhora do Pilar – Gleba B– Matrículas 85.262 e 85.263**

Resíduos sólidos e rejeitos

1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)



4 - Aterro
industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.